

Três dias no Presídio Central de Porto Alegre

O cotidiano dos policiais militares

Dani Rudnicki

Sumário

1. Introdução. 2. Primeiro dia. 3. Dentro do presídio. 4. Próximo dos excluídos. 5. Conclusão.

"[...] Na verdade o assunto exigia cautela: a prisão modificava as índoles, em certos indivíduos apareciam fundas alterações, gênios incompatíveis se chocavam sem motivo aparente. Indispensável selecionar os companheiros com atenção" (RAMOS, 1965, p. 203)

1. Introdução

Ao realizar estudos e pesquisas sobre e dentro de presídios (RUDNICKI, 1996, 1999, 2005, 2010), percebi a necessidade de se conhecer não apenas a realidade dos prisioneiros, mas também dos carcereiros. Esses estudos são raros no Brasil (entre as exceções CHIES, 2001; MORAES, 2005) e no mundo. Não obstante o descaso, essa profissão aparece como a mais estressante entre 104 pesquisadas (apud Moraes, 2005, p. 226). A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1997, p. 118) destaca seus riscos (desde a violência até problemas psicológicos, uso de álcool e outras drogas), bem como a remuneração não condizente com a responsabilidade envolvida e acrescenta:

"Os agentes penitenciários têm importância determinante nos serviços penitenciários. Ficam em contato direto com os presos nos pavilhões, nos locais de trabalho e esporte, nos

Dani Rudnicki é Professor do PPGD/Centro Universitário Ritter do Reis – Rio Grande do Sul; mestre em Direito/Unisinos; doutor em Sociologia/UFRGS; advogado; conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

corredores, nos portões, na hora de fazer a contagem e abrir alojamentos de manhã e fechá-los à noite. [...] O agente penitenciário, através de suas atitudes e ações concretas em mil coisas práticas do dia a dia, é o espelho no qual os presos identificam o que a sociedade pensa e sente a respeito deles” (CONFERÊNCIA..., 1997, p. 117).

Por que, então, a falta de estudos? Para Moraes (2005, p. 43), estudar agentes penitenciários significa pensar sobre um grupo antipatizado, “[...] visto como composto por indivíduos ‘maus’, ‘torturadores’, ‘corruptos’, enfim, piores do que aqueles que eles ‘guardam e vigiam’”. Como ele, percebi que os agentes penitenciários desejam ser conhecidos, sentem necessidade de serem entrevistados, “vistos” pela comunidade; de terem seu trabalho reconhecido.

Assim, voltei meus esforços¹ para conhecer como trabalham os policiais militares que atuam no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA, hoje chamado de Presídio Tenente-coronel Jainer Pereira Alves, ou, simplesmente, Central), na força-tarefa da Brigada Militar². Com permissão da direção da Casa, através de seu diretor, tenente-coronel Leandro Santini Santiago, passei a entrevistar policiais militares, que atuam na guarda dos presos.

O objetivo geral seria verificar a assertiva de Thompson (2002, p. 89), para quem “o relacionamento entre guardas e presos exhibe fisionomia ímpar: compõem uma equipe que não é gerida pela idéia de produtividade, como a da escola; nem pela perseguição de um bem comum, como a do clube ou a do partido político; nem pelo fim de curar, como a do hospital”. Que relação é essa, portanto? Como ela acontece?

¹ E tenho sido auxiliado pela acadêmica Anelise Souza Lima.

² Apenas no Rio Grande do Sul, a Polícia Militar é conhecida como Brigada Militar, sendo esse termo, inclusive, mais utilizado do que aquele. As siglas PM e BM significam Polícia Militar ou policial militar e Brigada Militar. Quando eu me referir a um policial militar, utilizarei a sigla em letras minúsculas.

“[...] toda instituição total parece criar um conjunto de práticas institucionalizadas – seja espontaneamente, seja por imitação – através das quais os internados e a equipe dirigente chegam a ficar suficientemente perto para ter uma imagem um pouco mais favorável do outro, e a identificar-se com a situação do outro. Tais práticas exprimem solidariedade, unidade, e compromisso conjunto com relação à instituição, e não diferenças entre os dois níveis” (GOFFMAN, 1992, p. 85).

Entretanto, o objetivo se via prejudicado pela falta de respostas relativas ao contato entre policiais carcereiros e presos. Não havia como verificar as assertivas de Thompson e Goffman. A resposta era quase sempre: “Eu não tenho problema nenhuma graças a D’us, mas claro, a gente dá os direitos deles, mas cobra os direitos que eles tem que cumprir” (soldado, em 13/05/2011). Ou:

“Eu não tenho nenhum sentimento em relação ao preso, todos estão aqui porque merecem estar, procuro tratar exatamente como diz a regra, tu tem a LEP, tu tem o regulamento interno da penitenciária. [...] Procuro não ter nenhuma afetividade com preso nenhum, tem que ser imparcial, tu não pode tratar o preso como se ele fosse teu amigo, ou teu funcionário, tem aqueles que trabalham. Tem que tratar o preso como ele é, ele é um preso, tá aqui para pagar uma pena que ele cometeu” (soldado, em 20/05/2011).

A falta de profundidade nas explicações dos agentes espantava quem esperava compreender a interação entre presos e carcereiros, em especial considerando ainda que, como aponta Coyle (2002, p. 32), os agentes penitenciários “[...] acima de tudo, eles precisam entender a importância de suas interações com os presos. [...]”.

“Quando as pessoas pensam em prisões, elas tendem a considerar seu aspecto físico: muros, cercas, um prédio com portas trancadas e

janelas com barras. Na realidade, o aspecto mais importante de uma prisão é sua dimensão humana, uma vez que as prisões são instituições essencialmente voltadas para pessoas. Os dois grupos de pessoas mais importantes em uma prisão são os presos e os servidores penitenciários que cuidam deles. O segredo para uma prisão bem administrada é a natureza da relação entre esses dois grupos” (COYLE, 2002, 21).

Então, surgiu a ideia deste trabalho, que foi realizado em julho de 2011, quando permaneci durante três dias, em três diferentes inspetorias, dentro do PCPA. Importa ressaltar que o trabalho de segurança interna é realizado, desde 1995, por um destacamento da PM do Rio Grande do Sul, a força-tarefa, que administra a segunda maior casa prisional do país (em número de presos).

Os soldados que atuam nela são oriundos do interior do estado e obedecem a várias escalas de serviço, conforme a função exercida. Os que atuam nas inspetorias o fazem em escalas de quatro por quatro, ou seja, quatro dias de trabalho e depois quatro de folga. No dia 1, começam a atuar pela manhã e permanecem também durante a tarde; são “reforço operacional” (RO) na noite e madrugada subsequente (ou seja, permanecem no presídio, de plantão para, se necessário, fazer escolta, substituir um colega ou atuar em casos de emergências). No dia 2, trabalham de novo durante a manhã e tarde e são RO na noite e madrugada. Nos dias 3 e 4, serão RO durante o dia e trabalharão durante a noite e a madrugada.

Antes de descrever o cotidiano nas inspetorias, cabe destacar que elas são postos a partir dos quais os policiais militares desenvolvem suas atividades de guarda dos presos. São salas próximas das galerias (conjunto de celas) onde vivem os presos, locais de onde os policiais podem coordenar o acesso dos presos aos pátios e aos corredores do PCPA. Cada inspetoria é ainda responsável por compor a guarni-

ção de guaritas que existem no interior do presídio, e das quais os pms controlam o movimento nos pátios.

2. Primeiro dia

No dia 21 de julho de 2011, cheguei ao PCPA às 7h15; um sargento aparece e me leva até a sala da Atividade de Controle Legal e Cadastramento. Antes, alcança-me um colete a prova de balas, que coloco sob a grossa japona que uso, devido ao frio de um dia típico do inverno gaúcho. Tomo chimarrão com ele e ouço a história de um colega de farda, amigo seu, que já trabalhou no PCPA, e em certa oportunidade estava parado no carro ali perto. Eles se encontram e o colega diz estar trazendo a esposa para ver o filho, mas que ele não entra.

Conta ainda que era do Batalhão de Operações Especiais na época que a Superintendência de Serviços Penitenciários administrava a Casa. “Eles só respeitavam a gente”, conclui. E acrescenta que hoje não podem bater nos presos: “Eu aviso os jovens: Ele tá preso, tu te prejudica. Se ele te provoca, tu tens de te segurar. Só uma meia dúzia dos pms são truculentos, como em toda profissão”.

O tenente aparece, apresenta-se, explica que estava ocupado, pede desculpas, diz ao sargento que eu tenho autorização do comando para permanecer na Inspetoria geral, para onde sou levado. O sargento da Atividade me apresenta ao sargento que comanda, neste dia, a Inspetoria geral, que serve de passagem para todos que entram ou saem do presídio e é, talvez, por estar localizada no acesso às galerias, a mais importante delas.

Para entender sua posição, devo explicar que o Presídio Central pode ser dividido em duas partes, que chamo de área externa e interna. A externa é cercada por muros, e inclui os pátios, tem uma “rede”, a mais externa, cercada com tela, onde ficam canis ocupados por cachorros ferozes; novos pátios e diversas construções – a entrada do Central, a sala de revistas, o galpão crioulo,

o prédio da administração e os espaços usados pelos técnicos para atendimento, a cantina, a cozinha e muitos outros setores.

A área que chamo de interna refere-se às galerias e pátios, onde os presos vivem. São prédios com, em regra, três andares, cada um referente a uma galeria (denominada por um número: 1, 2 e 3. Assim, temos a 1ª do “C”, a primeira galeria do prédio “C”, ou seja, a galeria que ocupa o primeiro andar do prédio “C”.

Para se chegar nesta área, que denomino interna, deve-se passar pelo primeiro brete, que se localiza no prédio da administração e que possui duas entradas, uma para quem vem de fora como visitante e outra para quem chega detido, passando pela “triagem”. Após passar por esse brete, sem subir aos andares ocupados pela administração, segue-se por um corredor no qual estão localizados o refeitório dos que trabalham na Casa, a gráfica, a “Atividade de Valorização Humana”, a cantina e outros.

O final do corredor é controlado por policiais do GAM (Grupo de Apoio e Movimentação), que permitem a passagem somente após a pessoa se identificar na Inspeção geral, que aí se localiza. A divisa entre o lado no qual caminham os presos e os servidores é uma tela de arame, de dois metros de altura – nos demais corredores não existe nem mesmo esta (frágil) divisa, a demarcação é uma linha amarela pintada no chão.

Também deve-se considerar que a liberação para ir de um setor para outro, depende de uma série de fatores, entre os quais o principal é a segurança, ou seja, a possibilidade de ele se deslocar no corredor sem se encontrar com um visitante ou um preso de outro grupo. Assim, há necessidade de controle, realizado pelas guias de liberação, e coordenação entre os diversos postos em seu caminho, o que é realizado com fundamento em gritos, pois não há monitoramento por câmeras ou grades – com exceção do brete já citado e alguns outros que aparecerão na descrição dos demais dias.

A Inspeção geral é uma sala de aproximadamente cinco por quatro metros, uma área de 20 metros quadrados, ao lado da qual existe um banheiro. Nela, o mobiliário se compõe de mesas, um balcão, 3 computadores com monitores de *led*, duas impressoras, uma jato de tinta e outra matricial, uma televisão, um rádio gravador, um galão de água de 20 litros, uma garrafa elétrica, vários cestos para lixo, um clavicular, 14 caixas de arquivo morto, um *split*, dois ventiladores, um armário para guardar as escopetas de calibre 12. Os fios no teto são visíveis, são gambiarras. Nas paredes há grades e vidros para separar os agentes do corredor no qual circulam os próprios agentes e os presos.

A principal atividade dos pms na Inspeção geral é preencher formulários (guias e passes). Afinal, na Inspeção, eles conferem papeis, cuidam quem entra e sai; precisam saber para onde cada um, preso, servidor ou visitante, está indo.

Ao lado dela, com uma pequena janela pela qual se comunicam, está a sala dos mesários. São presos que trabalham auxiliando a Inspeção; fazem anotações, escrevem passes autorizando os presos a se dirigirem aos diversos setores da casa, papel que deve estar assinado por policiais. Não há possibilidade de um preso comum (ou seja, que não é trabalhador) se deslocar pelo presídio sem um bilhete dizendo seu nome, de onde saiu, para onde vai; sem registro da data e horário do deslocamento.

Quando chego, estão discutindo. Reclamam que os papeis de um preso estão sem a identificação de que se trata de um “11.340” (referindo-se a um homem que agrediu uma mulher e está condenado, ou sendo julgado, com fundamento na Lei Maria da Penha), devendo, por isso, ficar segregado da massa carcerária, a fim de evitar que seja punido pelos presos. Discutem procedimentos: “‘11.340’ vai para o G”; “E se ele se ‘calçar’” (não quiser ir)?, retruca outro.

É dia de revista dos presos de uma galeria e eles estão sendo levados ao pátio, em grupos de 40. Antes de lá chegarem, ainda

no corredor, posso vê-los sendo revistados pelo GAM. Os presos ficam de costas para a parede; alguns carregam objetos que ficam no chão. Os pms olham e reviram os pertences e roupas dos presos, realizam buscas pessoais nos corpos. O grupo vai para o pátio e um novo grupo chega. Tudo se repete, várias vezes, durante mais de duas horas, pois são mais de 300 presos.

Pela Inspeção, às 10h40, passam carrinhos contendo panelas de comida com o almoço. E os PMs contam histórias sobre colegas criminosos. “Foi a maior decepção”, diz um deles. “Os caras realizaram um assalto e evaporaram. Em um ônibus tinha um cara que fechava com a descrição, até a cor da camisa, que ele não estava vestindo, estava em um banco ao lado, era a descrita, e ele era colega, alguém que estava conosco o conhecia. Fomos revistá-lo, e era ele”.

Às 10h50 somente estão um sargento e um soldado na Inspeção. Pela primeira vez um pouco de silêncio, só ruídos externos são percebidos. O silêncio é quebrado por um soldado que diz a um preso: “Tira as mãos do bolso”. Um soldado grita: “Virado pra parede, olha pra parede”. Um tenente aparece e fala sobre um preso: “Ele vai ‘viajar’. Não quer ir para o ‘G’. Quer ficar no corredor. Então vamos ser rígidos. Não vai sentar, fica de pé até a noite”³.

Um pm me conta: “Aqui tu trabalhas com 100% de certeza de que é bandido. Na rua 2%, os outros são cidadãos”. Às 11h15 percebo que a TV está desligada. O telefone toca e quem atende pergunta: “A cozinha quer saber dos cantineiros [por que ainda

não chegaram]?”. Um soldado responde: “Não sei. É tudo com o GAM, eles que congelam (impedem a passagem) os presos”. Às 11h20 chega um oficial de justiça que precisa notificar um preso; ele fica de pé esperando enquanto o preso é chamado.

Um pm conta que um dia, na cidade em que trabalhava, um coronel ligou para um posto e ouviu que era o Gil (tratava-se de um soldado de nome Gilderlei). “Que Gil?”, pergunta o coronel. “Gil de Ferran” [referindo-se ao piloto brasileiro que atua na fórmula Indi, nos Estados Unidos]. Todos riem. E ele diz que o colega acabou transferido. Outro aproveita a história e, tendo em vista que um sargento se chama Santiago, como o comandante do Central, fala: “Já pensaram se acontece: Quem fala? Santiago. Que quer, cabeça? Aqui é o coronel Santiago”.

Um soldado grita: “Pro outro lado [do corredor]. Pro outro lado! Pra roubar são bem espertinhos”, referindo-se ao fato de que os presos não ficam, quando no corredor próximo à Inspeção, no lugar onde deveriam. Outro diz: “Cruza os braços, tchê!”.

Às 11h42 chega o preso que o oficial de justiça esperava. Eles falam ali mesmo, o oficial dentro da Inspeção, o preso no corredor. O oficial diz que breve chegará o alvará de soltura e instrui sobre o afastamento da residência da vítima. O preso pergunta: “Posso buscar minhas coisas?”. “Não”, ele responde. “Mas como faço?”. “Pede para sua mãe ou outro parente alcançar” [ele agredira a irmã e não pode voltar para casa]. O preso agradece. O oficial de justiça agradece aos pms e vai embora.

Ao meio-dia, um preso que está parado no corredor, esperando para passar, fala: “Sargento, não me chamaram, já teve gente passando e eu aqui”. Um pm se irrita e grita: “Qual é teu problema? Fica quieto aí”. Um outro preso diz para um PM: “E aí, campeão?”. O soldado comenta que outro dia esse preso falou que ele estava aí há dez anos, e ri. Todos na Inspeção riem.

Às 13h46, um sargento que está se desligando da Força-tarefa se despede

³ Essa é uma forma de obrigar os presos a aceitarem algo que não desejam. No caso, ser levado para o “G” significa proteção, mas isso “marca” o preso como *gay* ou pedófilo, daí talvez a razão da recusa. Em casos como este, os pms deixam o preso no corredor, de pé, algemado, caminhando de um lado para outro, até cansar. Há casos (como se verá na sequência) em que os presos usam o corredor para tentar pressionar a guarda – que não gosta de ter presos circulando. Assim, por exemplo, podem pedir para ir ao corredor esperando obter “liga” (trabalho), mas isso não acontece, à noite eles voltam para a galeria ou são encaminhados para outra.

rapidamente dos colegas: “A gente se vê na Brigada por aí”. Ele vai na janela dos mesários e deseja boa sorte à “gurizada”.

Na Inspetoria, os policiais brincam que um oficial recebeu o apelido de “Por favor”, pois para tudo solicitava dessa forma e combinam sobre comprar uma pizza para a janta. Às 14h05 passam latões de lixo em um carrinho pela Inspetoria. Às 14h10 estão apenas duas pessoas na Inspetoria.

Às 14h28 chega um preso de “muda”, da 1ª do “F” (primários) para a 1ª do “B”. Há um estranhamento e os pms perguntam: “Tem certeza? Sabe que vai perder os privilégios da primariedade (entre as regalias que os primários recebem, está a qualidade do ambiente e mais atenção por parte da assistência jurídica)? Por que está indo?”. O pm que o acompanha explica que a supervisão mandou. Outro preso está de “muda” da 1ª do “C” (onde ficam os integrantes da facção “Unidos pela paz”) para a 3ª do “F” (“Abertos” e “Bala na cara”). Um pm diz: “Esse aí mudou drasticamente”, e todos riem, ironicamente.

Às 14h43 passa um preso empurrando um carrinho de supermercado cheio de garrafas de refrigerante. É o “cantineiro” que tem autorização para ir, periodicamente, à cantina, fazer compras (sobre sua atuação, ver meu artigo “Comida e direitos humanos no Presídio Central de Porto Alegre”, inédito).

Dois presos saem da galeria e pedem trabalho. O sargento diz que não tem, que devem voltar, ou ficar no corredor. Eles dizem que querem ficar no corredor, que falaram com outro sargento, dias antes, e ele prometeu trabalho. Contam ainda que saíram porque quiseram, que querem trabalhar para receber remissão (diminuição da pena, proporcional aos dias trabalhados, garantida pela Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/84). É sugerido que esperem o dia de serviço do sargento que fez a promessa para lhe cobrar. Eles dizem que querem agora e decidem ficar no corredor (os pms deixam entender que eles foram obrigados a pedir para sair pelos outros presos).

Às 15h38 seis pessoas se encontram na Inspetoria. Um policial volta de onde tinha sido chamado e diz: “Me chamaram pra mostrar a foto de um cara igual a mim, pô! Só brincadeira. Eu disse que ia embora e disseram para ficar e tomar um cafezinho. Disse que não tinha tempo e vim...” (ele não trabalha na Inspetoria, está ali conversando).

Chega outro preso, de “muda”, pm pergunta: “Quer mudar de galeria? Por quê? Tem amigo nessa? Tem parente?”. Preso é reticente a falar, mas diz que sim após a quarta pergunta e o pm pergunta o nome dele. “Ele não diz nada. Viram? Ele nem sabe o nome do parente”. Outro soldado diz: “Claro que não”. O pm retruca: “Bandido sim, mentiroso não”.

Às 16h26, dois presos que vão ser soltos passam pela Inspetoria. Um soldado verifica no sistema se é ele realmente o preso indicado no alvará. Eles vestem apenas camisetas e bermudas; um não para de tremer e o dedo balança no coletor de digital. O pm manda ele parar, ou a digital não seria confirmada e ele não poderia sair. A falta de roupas decorre das regras do presídio: quem sai deve deixar suas posses para quem fica. Ao perceber, pela digital, que é mesmo a pessoa libertada, o pm diz: “Até segunda”.

Às 17h14 o sargento combina com o mesário que este ficará com uma caneta esferográfica e não repassará ao outro mesário, que ele será o único responsável por essa. Despeço-me de todos, caminho sozinho no corredor. Despeço-me dos pms que ficam no saguão, tiro o colete e devolvo. Saio caminhando.

3. Dentro do presídio

O segundo dia dentro do Central foi o 27 de julho de 2011. Nessa data, passei a manhã e a tarde na Inspetoria do pavilhão “B”. Era dia de visita. Às 6h50 estou na portaria e um sargento me recebe falando que o tenente já chega. Diz que é dia difícil, pois havia problema no gerador, o que fez faltar

luz na véspera (fato noticiado pelas rádios e jornais, dizendo que havia tido um começo de distúrbio no Central). O tenente chega e fala que a noite foi tranquila (“Não me acordaram”), convida-me para o café. Muitos homens ocupam as diversas mesas do refeitório, as “fem” (“policiais mulheres”) ocupam apenas uma. O tenente me fala da falta de energia, que fizeram reunião com os plantões para acalmar o pessoal. “Eles ligam para a [rádio] Gaúcha, mas não tem telefone...”, resigna-se.

Na preleção diária (que na verdade acontece três vezes por dia, a cada entrada de um novo grupo de pms), o sargento chama os pms e eles respondem: “QAP” (“estou na escuta”, termo utilizado no título do livro de Nummer (2005)). Diz que vai fazer as recomendações de sempre: “Cuidado. Não deixem os presos se deslocarem sozinhos, coloquem os horários de saída dos presos nas planilhas. O grupo é bom, mas se tiver um problema, todos ficam. Um recado para os ‘caranchos’ (novatos; pm que está começando a atuar na Força-tarefa; também pode se referir a alguém que já atuou em outro presídio ou mesmo no Central, em anos anteriores; sempre se considera quem chega como ‘carancho’, devendo se adaptar ou readaptar ao trabalho na prisão): se tiverem dúvida, não façam nada. Por fim, hoje é tranquilo, tem visita, mas olho vivo”. O tenente faz uso da palavra para lembrar que todos devem treinar o uso da “12” (escopeta). “É nossa arma básica, cinco minutos de treino, se precisar, faz lembrar do uso correto”. É rápida a preleção, o mais demorado é a chamada.

Saio com o grupo que vai para a Inspeção da “B”. Passamos pela Inspeção geral, andamos mais uns 15 metros e chegamos a uma nova sala, menor (talvez 12 metros quadrados), que possui refrigerador, ventilador, relógio, luz de emergência, rádio, balcão. Ao lado um banheiro (pia e privada; sabão em pó é utilizado para lavar as mãos) e uma escada para acesso à guarita. Perto da inspeção existem três lâmpadas.

Cada uma com interruptor em uma galeria. Quando os presos precisam da presença da guarda, eles fazem a lâmpada piscar. Nela estão lotados, neste dia, quatro soldados e um sargento “carancho”. Um soldado fica na guarita, no andar superior, observando os pátios.

Eles perguntam quem sou. Um conta que estuda direito. Perguntam se é meu primeiro dia ali, digo que é o segundo, que já havia estado na Inspeção geral. “Ah, então agora está vindo para a cadeia”. Um soldado logo fala de um colega que começou a trabalhar em uma casa prisional, em um dia que tinha “bateção”. Entrou na Casa e aquela barulheira. Olhou, ouviu e desistiu; na hora pediu para voltar para sua unidade.

O preso que ocupa a função de plantão das chaves é o “Saci”, sempre falando alto, sorrindo, mostrando os dentes brancos que contrastam com a pele negra. Magro, deve ter em torno de 30 anos. O trabalho como plantão das chaves refere-se a abrir e fechar o acesso ao pátio e às galerias, para tanto ele precisa usar duas chaves, mas nunca pega as duas ao mesmo tempo. Logo, caminha do portão à Inspeção o dia todo, e o faz falando, gritando, com presos, com soldados. Mas ele não quer trabalhar nesse dia; argumenta que já o fez durante toda a noite. O soldado que chega vai se informar sobre o que aconteceu com outros presos, na galeria, e diz que eles falaram que ele passou a noite trabalhando por que quis. Ele explica que o outro preso estava de cama, doente, que ficou para ajudar o colega. “Aqui não tem amigo”, retruca o soldado e conclui para seus colegas: “Ficou por que quis, agora, já que outro não quer vir por ele, problema é deles”.

É dia de visita, em pequenos grupos ou individualmente, as mulheres chegam. Entregam a carteira de visita ao soldado que as coloca em uma caixa, separadas em ordem alfabética, vão ao portão do brete. O plantão das chaves abre a primeira grade, elas entram, ele fecha. Dá uma volta e abre a segunda grade, elas entram no pátio e logo param. O plantão das chaves fecha

e volta. Ainda dentro do brete, a mulher avisa quem irá visitar e um preso grita o nome. O preso avisado “busca” a visita que está chegando para que ela entre no pátio; sozinha, ela não deve fazê-lo. “Elas são bonitas. Tem as sérias, mas tem as vagabundas. É moda ser mulher de vagabundo.” Outro pm fala: “As mulheres que vêm sem sacola é só problema” (não são familiares, chegam apenas para manter relações sexuais). O respeito pelas visitas inclui a todos. Um soldado conta que uma vez os presos reclamaram de um pm que teria “chocado” [olhado] uma visita e afirmaram que iriam se rebelar se ele não fosse removido. Ele foi embora. Um soldado comenta: “Talvez eles tivessem uma bronca com ele, e usaram isso como desculpa”.

Os soldados afirmam: “Não tem como acabar com a “caminhada” (desvio, contrabando, negócio escuso). Cada uma [‘caminhada’] que o “jaleco” [todo preso trabalhador usa um jaleco e é assim chamado] libera, ele ganha 2 ou 3 pila [reais], no fim do dia ele tem 12 ou 15, para fumar um [cigarro de maconha ou pedra de crack]”; “Celulares, eles atiram pelo muro, com pregos, daí pescam com imã dos rádios. Drogas entram com as mulheres, as ‘fem’ só revistam as nervosas”; “90% consome maconha, muitos pedra.”

Um pm subiu para as galerias, sozinho, somente com o bastão, levou chaves e está demorando. Outro diz que vai ver o que se passa, pega a “12” e sobe. Logo após, descem. Um sargento, de passagem, comenta que segurança é tudo no presídio. “Mas eles sabem que só o comandante é moeda de troca. Pm não é. Sargento Fulano fica com 4, 5, na oficina. Se eles quiserem, pegam ele e a arma, mas eles sabem que não saem dali”.

Um soldado comenta, com ironia, ao me ver fazer anotações em um caderno: “Escreve aí sobre as boas condições (de trabalho). O cheiro, a limpeza. E lá em cima (guarita) é pior”.

Um preso de jaleco diz aos soldados: “Notícia boa, liberdade”. Os pms pegam os papeis, preenchem e não dizem nada.

Outro grita: “Liberdade!”. A resposta seca: “Vai passando”.

Um pm fala para os outros sobre um terceiro: “Olha o cinto bem colocado, olha o cabelo com gel. Tu é puto, não? Me dá um beijinho?” Riem. Ele mesmo vai e dá um beijo na bochecha do outro. Conversam sobre quem será o novo sargento. Um soldado diz: “Quería o sargento Fulano”. Outro retruca: “Não, ele não é bom de planilha”. Falam dos colegas da Brigada: “O Fulano, no primeiro dia, tava sentado, fazendo cu-doce. É um dos violentos de Caxias. Vadio não tem vez aqui. Tá fazendo umas ‘caminhadas’ para voltar, mas não tá conseguindo. Tem padrinho, um major que fez PQD com ele”.

Discutem procedimentos sobre a abertura das grades. Falam: “Esse [“Saci”] só faz ‘caminhada’”. “Tem que fazer BO [boletim de ocorrência] pro ‘Saci’”. “Tá na hora do BO pro ‘Saci’”. “Saci” reclama: “Pô, tô a 40 dias sem visita”.

Às 10h00 passam seis carros com comida, dois ficam no “B”, 12 painéis, 6 engradados com banana. Falam dos colegas: “Sargento Fulano morreu?” “Foi meu instrutor de curso”. Todos que chegam percebem o novo sargento, “carancho”, e perguntam: “De onde o senhor é?”. O soldado mais antigo diz a todos que é “gente fina”, da mesma cidade que ele. Um pm diz: “O major Fulano é meu padrinho. Ligo e ele me responde”. “E o Fulano?”. “Quadrilheiro. Tá preso”. “Esteve comigo em duas Golfinhos. É bom de serviço”. “Teve um comigo na Golfinho que dizia que precisava ir em casa cortar grama, queria sempre ir pra casa. Falava e falava. Até que acertaram as coisas para ele ir cortar a grama. Voltou 3 ou 4 dias depois. Daí alguém perguntou: E aí? Cortou a grama? Que nada, cheguei lá e já tava cortada...”. Todos riem.

No corredor, o “Saci” tira o jaleco, um soldado logo grita: “Põe o jaleco, ‘Saci’”.

Chega um mesário e um soldado fala: “Olha que carinha, sargento. Tá sorrindo para mim, mesário? Não se sorri para homem! Tá achando que sou veado?” “Que

isso seu Fulano. O sorriso é o espelho da alma”.

Falam dos salários: “O meu é de 1.200.”. “O meu de 2.900” (eis que acrescido de Gratificação de Incentivo à Permanência no Serviço Ativo). “Por isso que o Estado está falido.”. “E a reunião com o governador, vai sair?”. “Vivi até hoje com o salário de soldado, aposentado e não volto mais”.

Às 11h11, “Cadê o jaleco? Onde é que tu tá, ‘Saci’?”. Ele aparece e diz: “Tava ali. Falando com a tia. Todo mundo conhece ela.”. “‘Saci’, mais uma saída daqui sem avisar e tu vai para a algema”. Às 11h13, o “Saci” come um sanduíche. Um preso que está no corredor, algemado (era jaleco, mas foi posto no corredor pelo plantão), pergunta ao “Saci”: “Por que ele tá assim?”, referindo-se ao humor de um soldado. “Furou o pneu do carro dele ontem de noite”, responde o “Saci”. O soldado não diz nada. “Que que tu fica alopando com o cara?”, um soldado pergunta a outro sobre sua atitude em relação ao “Saci”.

Um soldado se aproxima de mim e pergunta quem sou, que estou fazendo. “Vai ficar quanto tempo?” “O dia todo.”. “Mesmo passando o dia, não vai conhecer tudo que se passa aí”, conclui. Eu e um soldado vamos almoçar. O cardápio inclui galinha, carreteiro, batata frita, ovo frito, brócolis, alface, tomate, batata. Há água e suco à disposição. Um almoço rápido: comer, beber e voltar para a Inspeção, pois, em revezamento, todos saem para se alimentar. Um volta e elogia fortemente a comida.

Falam sobre o churrasco da noite. “Dez ou 15 reais?”; “Com ou sem bebidas?”. As “fem” participam. O assador diz que separa carne para quem está de serviço (e chegam por isso mais tarde); um soldado destaca: “Isso que é companheirismo”.

O entra e sai de visitas é permanente. Os presos são comunicados, de novo, de que as visitas vão durar uma hora a mais, para compensar a falta de luz (a companhia de energia desligou o gerador para consertá-lo).

Às 13h02 o plantão das chaves pede camisinhas. “Não tem”, diz um soldado após olhar o armário. Às 13h06 o sargento “carancho” me pergunta: “Tu viu?” [uma mulher passara para a visita]. Às 13h12 um plantão de chaves pede uma folha de jornal para ir ao banheiro, o soldado reclama e dá um pedaço de papel higiênico.

Às 13h25 um bate-boca entre os soldados. Precisam localizar o preso A. P. e isso não acontece, é que o nome dele é A. R. L. P.. Ele deve ir à enfermaria, agora, e não quer, diz o plantão: “Ele está com visita”. O soldado diz que tem de ir, o plantão diz que não vai. Então fazem uma “recusa”. Às 13h41 falam para o plantão preparar o cara para ele assinar a “recusa”. Os policiais gritam entre si.

Às 13h52 um preso com dor de dente pede para ir à enfermaria. Desce, sai do pavilhão, eles ligam para saber se podem enviá-lo. Às 14h04, um soldado baixa o som para telefonar. Em seguida outro reclama: “Até eu tô ficando louco com este fedor”, referindo-se ao cheiro de maconha que sai do pátio e invade a Inspeção. Às 14h12 o *kit* para doentes chega às galerias. Outro pm diz: “Fedor de maconha, esse”.

Chegam várias caixas com cem preservativos, um soldado alcança várias para o “Saci” alcançar ao plantão. Às 14h23 o lanche da guarda chega: dois litros de leite, dez bananas, 12 laranjas. O “Saci” fala para um guarda: “Esse aí escapou das garras da Susepe”. O soldado pergunta: “Fugiu de onde?”. “Não sei”.

Às 14h33 um preso com carrinho de compras passa em frente às grades de acesso ao “B” e fala com o plantão. Após uns instantes, o soldado manda ele seguir adiante. Outro soldado discute com outro preso: “Vira para a parede”. O preso retruca: “É regra do preso”. O soldado, em tom definitivo: “É regra da casa”. Um soldado explica: “A gente passa o dia todo negociando. Tem de gritar. Mostrar força”.

Um sargento passa, mostra a ficha de um preso e diz que levou para uma mulher vê-la. Ela olhou a foto e não permitiu a

liga (autorização para visita íntima). Passa um preso e um soldado pergunta: “Qual tua idade?”. “76”. Outro soldado indaga: “Que é isso? Isso é pergunta?”. Um soldado explica: “Nossa missão é fazer o que a Susepe fazia”.

Às 15h27 chega o correio. São oito cartas, sete da Penitenciária Feminina de Guaíba e uma da Defensoria Pública. Os presos assinam em livro de controle o recebimento. Às 16h00 um soldado vai até junto da grade e fala com o auxiliar para terminar logo a visita, avisando que a Direção está distribuindo 500 fichas para quem sair cedo (garantem direito de entrar outro dia, sem fila).

Um soldado comenta: “Matei um cara numa ocorrência, ele estava armado. Levei dois anos mexendo a casinha”. Outro soldado conta uma história: “Um preso contou que tinha patrimônio de 400 mil e queria se separar. Consultou um advogado e ele disse que o custo da separação seria de 200 mil, a metade, que teria de ser entregue à mulher. Ele então resolveu matá-la, pegar oito anos [de prisão], cumprir dois em fechado e ficar com tudo”. Um soldado comenta: “Tá certo”. O que contou a história diz: “Não, é matar alguém”.

Às 16h34 chega a janta. Às 16h44 saem as panelas do almoço que estavam no pátio.

Despeço-me e sou acompanhado até o local onde deixo o colete.

4. Próximo dos excluídos

A terceira visita aconteceu no dia 29 de julho de 2011, sexta-feira, dia mais tranquilo na rotina do presídio. A minha chegada aconteceu às 6h50. A “fem” da portaria já me conhece. Chama o tenente que conta ter havido barulho na noite. Ainda a questão da falta de luz. Ele relata que houve negociação, que foi explicado o fato de não haver culpa da Brigada. Na preleção, após a chamada, foi alertado para ter cuidado, na véspera acharam uma arma, um “38”, “Temos de cuidar, é nossa segurança”.

Coloco o colete e sou designado para a Inspeção do “G”, localizado no anexo. O

anexo é um conjunto de quatro pavilhões: o “G”, o “H”, o “I” e o “J”. No “G” ficam *gays*, pedófilos e “duques” (que praticaram crimes sexuais); no “H”, *gays* e “duques”; no “I”, ex-trabalhadores (que são vistos como presos “vinculados” à polícia); e, no “J”, idosos e “Maria da Penha” (presos condenados com base nesta lei).

O pm que me acompanha diz: “Já conhece? É outro presídio”. E explica que a principal diferença refere-se, além da qualidade dos novos prédios, ao fato de os presos não andarem sem escolta. “Lá [nos prédios antigos] são os piores [presos]. Os “barra-pesada”. Aqui eles não são de boa índole, mas é outra coisa. Só olha e vê a diferença. Aqui eles limpam e lavam [o chão]”.

Ele me apresenta o anexo (cuja construção iniciou em 2005 e foi concluída em 2007), que passou a ser ocupado em dezembro de 2008, quando se finalizou a rede hidráulica e energética. No dia 29 de julho de 2011, estavam ali lotados 464 presos – para uma capacidade informada de até 492 detentos.

A inspeção do “G” é composta de duas salas e próximo fica o banheiro. Possui pouca mobília: mesas, cadeiras e armários. Apesar de novo, de ser “outro presídio”, a mobília é antiga e o Anexo tem cheiro comum aos outros espaços do PCPA; as paredes já parecem velhas, estão gastas e os fios elétricos aparecem em diversos pontos (uma “gambiarrá” serve, por exemplo, para fazer funcionar o ventilador de teto. Deveriam estar lotados dois policiais, mas só há um. Este, soldado que atua há 20 anos na Brigada, conta que só conheceu um presídio quando foi trabalhar no Central. Logo de início declara: “Ninguém gosta de trabalhar aqui. Só se está aqui por dinheiro”. Fala de um preso que contou como matou a mulher e a cunhada, e acrescenta: “Não é um marginal”.

Às 8h47 chega o sargento que vai passar ali o dia e o soldado vai embora. O sargento carrega dois jornais de Porto Alegre (“Zero Hora” e “O Sul”) e um livro de Dan Brown. Traz também uma bandeja de

mercado, com algumas fatias de bolo. Está há quatro meses no Central e trabalhou no Presídio de Lagoa Vermelha entre 1986 e 1988, na guarda externa e interna. cursou dois anos da faculdade de direito na UCS, quando tinha uma namorada juíza. Ela queria que ele o fizesse, ele queria estudar psicologia, ou “moda e estilo”. Hoje, segue as aulas de ciência política na Ulbra e possui uma empresa de consultoria política. Revela estar escrevendo um livro sobre a realidade prisional e declara: “Aqui somos protetores da integridade física e moral do reeducando”. Usa expressões como “experiência pedagógica”; “contexto analógico”, “separatismo: igreja e estado”, “o homem é ter e ser”; explica que “os homens de bem precisam conhecer o mal, não para praticá-lo, mas para preveni-lo”. Conta que trabalhou com o governador Rigotto (e foi, ele mesmo, candidato a deputado) e para a governadora Yeda. Espera, em breve, ser designado para trabalhar na Assembleia Legislativa. Conta que gosta de passar os finais de semana em Gramado e Canela, na Serra Gaúcha.

O sargento responsável pelo pavilhão “H” passa pela Inspeção do “G” e pergunta ao plantão: “E minha loira linda, cadê?”.

Nos pavilhões novos, os presos têm acesso ao pátio todos os dias, das 10 às 17h. E não precisam ser revistados pelo GAM. Às 9h55, um preso pergunta: “Sargento, e o pátio?”. “Às 10, tá bom?”. “Mas o ‘H’ já liberaram.”. “Então está errado.”. O sargento do “G” grita para o sargento do “H”: “Já liberaram o ‘H’?”. “Sim, tô sozinho.”. “Tá errado”, ele fala baixo. “Tá bom, libero vocês.”.

Ao ver um soldado conduzir presos, o sargento diz para ele mandá-los cruzar os braços: “Eles sabem as regras.”. Um preso não cruza e o sargento não abre a porta. O detento obedece e o sargento libera a passagem de todos.

O sargento conversa com o preso da faxina sobre a compra que o preso pretende fazer de um carro. Discutem sobre o estado do carro, o preço. Outro recluso se aproxima. O sargento diz: “E aí? Tranquilo?”.

O preso responde: “Bom dia”. O sargento acrescenta: “Só cruza os braços”. Um grupo de presos se aproxima, o sargento diz: “Vamos cruzar os braços, gurizada”. Mas ele vê que um jaleco vai passar e pede a este: “Só um pouquinho, o senhor dá uma aguardadinha.”.

Um preso próximo à Inspeção sussurra para outro: “Esse aí é professor de direito.” (referindo-se a mim). Um soldado entra na Inspeção para buscar água e o sargento pergunta: “Vai pegar de novo?” “Eu pago.”, responde o soldado.

Às 10h22 surge um tenente com um capitão. O sargento explica a este último: “Nossas peculiaridades são que trabalhamos sozinhos. E que os presos do Anexo, exceto os do “I”, só se locomovem com escolta, por sua condição de duque, Maria da Penha...”. Eles falam sobre quem ocupa cada pavilhão, dizem coisas parecidas com o que me disse antes o outro sargento. O capitão pergunta quem sou e explicam que tenho permissão do comando. Cumprimos-nos.

O sargento esteve recentemente fazendo escolta de um preso em hospital, e diz: “Cuidar de preso no hospital é bom. A gente descansa, lê, vê as moças”. O sargento afirma que “a Brigada é uma mãe”, mas acrescenta: “Os praças, que executam, não são reconhecidos”.

Às 10h26 chega o almoço para os presos, são os “carrinhos” com as panelas. Depois há a entrega de correspondência. Às 10h46 sai o lixo dos pavilhões, em tonéis. Um “lixeiro” leva sua bermuda, que, quando chegou, pediu para outro preso devolver. Antes de eles saírem, um pm, que faz a escolta, revista a bermuda.

O sargento conta que o sistema não se prepara para reeducar e que “a droga está aí e segura a Casa. Tira e a Casa cai”.

Às 11h40 um preso chega da enfermaria, nas mãos vários frascos de medicamentos. O sargento pergunta: “Um monte de remédios? Tá tudo bem?”. “Tudo bem. É coquetel para o HIV.”. “Qual a tua expectativa de vida?”. “Sei lá. Tô há 11 anos. Nunca tive

uma gripe.". "Mas JC chama...". "Não, o HIV é como diabetes. Até menos. Minha mulher vem aí e uso camisinha, que ela não tem AIDS.". O preso segue caminho.

A hora do almoço está chegando e o sargento diz: "No refeitório eu não consigo comer. Verdura aqui não como. Só coisas cozidas". Vamos ao almoço e depois o sargento reclama, "Comida horrível.". Mais tarde, um soldado que passa pela Inspetoria diz que a comida "não tá ruim". Chega um sargento que trabalhou no PCPA anos atrás e comenta que a comida melhorou muito: "Tudo melhorou", conclui.

Um sargento para na Inspetoria e diz: "Passei pela loira, aquela, disse oi e estendi a mão, ela pegou e coçou minha palma". Ri.

Passa outro preso, o sargento pergunta: "Tá voltando de onde?". "Psiquiatra.". "Tá bem? Abriu o coração? Abriu a cabeça?". "Sim, sim.". "Por que tu caiu (foi preso)?". "Tentativa de roubo.". "Roubo de quê?". "Um celular.". "Um celular?". "Tu tá louco?". "A vítima disse que eu tava armado... o juiz me deu quatro anos.". Outro PM se intromete e diz: "Tem um cara aí por duas barras de chocolate no Carrefour...".

Um mesário entrega uma requisição e pede para usar o banheiro, o sargento permite. Em seguida um sargento chega e pergunta pela possibilidade de usar o banheiro, o sargento diz onde fica. Às 14h30 dois plantões de outros pavilhões do Anexo chegam ao "G", para jogar cartas (eles possuem privilégios por serem plantões, assim, todas as tardes se reúnem). Às 14h50 um preso passa mal (do estômago) e o plantão pede que seja encaminhado para consulta. Às 15h chegam os kits para os doentes e laranja para os pms. Às 15h01 chega o cantineiro com o carrinho.

5. Conclusão

Nesses três dias pude perceber e compreender a relação entre os policiais militares que atuam no presídio e os presos. Na realidade, uma relação quase inexistente. Apesar de ocuparem espaços não distantes

fisicamente mais do que alguns metros, as "barras de ferro" que os separam marcam uma fronteira quase intransponível. Os policiais das inspetorias nunca ingressam no espaço dos presos e os integrantes do GAM o fazem apenas quando eles lá não se encontram.

No dia a dia, os presos ficam recolhidos em seu espaço (celas, corredores, escadas e pátio do pavilhão); transitam nessa área e somente circulam pelo resto do presídio quando há alguma situação peculiar (ida ao médico, encontro com o advogado).

A regra geral que organiza essa instituição é de que os agentes penitenciários (no caso, policiais militares) respeitam os presos e recebem, em troca, o respeito deles. Para tanto, um "saúdável" distanciamento. Um soldado disse passar o dia negociando, mas acrescentou que nesse processo precisa gritar, mostrar força. Na realidade não há negociação. Existem acordos implícitos na relação e as partes os respeitam.

Moraes (2005, p. 251), a partir da fala de um agente penitenciário, declara que quatro elementos são essenciais para a tranquilidade da prisão: alimentação, assistência jurídica, saúde e visita. Acrescento a necessidade de admitir que também a permissão do uso de substâncias entorpecentes ilícitas seja fundamental ("A droga está aí e segura a Casa. Tira e a Casa cai", declarou um pm).

Ninguém gosta desse ambiente. Se os pms reclamam do cheiro, imagine o que diriam os presos que estão ainda mais "dentro" da prisão. De qualquer forma, todos estão obrigados a viver nela e devem se adaptar; uns por necessidade financeira, outros por ordem judicial.

Os pms não têm obrigação de permanecer no Central. Histórias de quem decidiu voltar para Casa logo ao chegar ou antes do término do tempo se sucedem. Todos reclamam das condições de trabalho e falam que a carga de trabalho é puxada. Mas também há relatos de pms que retardam sua aposentadoria para aproveitar um pouco mais a melhora salarial garantida pelas diárias,

que permanecem na Brigada e no Central pelo aumento na remuneração.

A vantagem que existe, em relação ao trabalho na rua, é de saber com quem se está trabalhando (“Aqui tu trabalhas com 100% de certeza de que é bandido.”). Ainda assim, a insegurança é constante. A proteção, que para o “estrangeiro” pode parecer exagerada, repete-se nas visitas de alunos de faculdades protegidos pelo GAM, ou no uso de coletes a prova de balas pelos que ingressam na prisão, ou no policial que, perante a demora do colega, sobe as escadas, armado com a “12”, para verificar se não há problemas.

De toda forma, os policiais, em seu cotidiano, mostram-se como se espera: seres humanos, trabalhadores, com suas alegrias e angústias, que, em suas relações laborais, se encontram com um público diverso do de qualquer outra categoria de trabalhadores: pessoas que não desejam estar ali, mas estão, de alguma forma, obrigados a permanecer.

Policiais que, sem formação específica, aprenderam a “viver” no Central e a pensar como os presos. Ao contrário do percebido por Moraes (2005, p. 221), para quem “[...] esse aprendizado não se faz sem um enorme custo psíquico e identitário, uma vez que significa para o agente penitenciário mimetizar-se naquilo que ele percebe como a sua antítese”. A realidade dos pms é diferente. Ocorre que eles não são agentes penitenciários, eles apenas estão no presídio – de passagem – e possuem consciência disso. Suas angústias parecem mais centradas nas contas a pagar e na possibilidade de deixarem a Força-tarefa do que em serem “prisonizados”, eis que sabem que não permanecerão mais do que dois anos na Casa. Se, por um lado, isso impede que pensem conforme o previsto na Lei nº 7.210/84 (Art. 1º A execução penal tem por objetivo [...] proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado), por outro, impede que se confundam com os presos.

Possuem os pms, e fazem questão de manter, um distanciamento da massa

carcerária. Suas principais falas para com os presos são: “Tira as mãos do bolso”; “Virado pra parede”; “Cruza os braços, tchê!”. Dizem ainda: “Bandido sim, mentiroso não”; “Não se sorri para homem!”. Nessas breves interações, há sempre uma oposição, uma desconfiança, como quando, ao permitir a passagem de um liberto, o pm diz: “Até segunda”. Esse quase cinismo do policial deve ser avaliado pelo fato de que ele não recebeu formação para atuar dentro de um presídio, e não percebe a ressocialização como seu trabalho. Assim, ao contrário do agente penitenciário, que no início de sua carreira parece acreditar na possibilidade de reeducação (Moraes, 2005, p. 241), o pm sabe estar lá apenas para impedir fugas.

Logo, não há por que falar com os presos. Falar o quê? Como isso será interpretado pelos colegas? Para que servirá essa conversa? Portanto, somente alguns detentos, representantes perante a direção e os pms de serviço, conversam com mais frequência com os carcereiros – ainda assim não se trata de um diálogo, mas de troca de (poucas) palavras.

Há também o desprezo expresso por alguns pms para com os presos homossexuais ou travestis, objetos de escárnio por parte da maioria dos que vivem e trabalham no Central – situação que em muito se repete nas ruas. E há também dedicação, como quando os presos reivindicam preservativos e estes são logo distribuídos.

E uma relação diversa com alguns presos, como com o chamado de “Saci”, ou com os mesários – percebida no momento da despedida do policial que parece falar com mais simpatia a eles do que aos colegas de farda (“A gente se vê na Brigada por aí” *versus* “Boa sorte à gurizada”). São situações típicas que retratam que os pms, quando chegam a ficar perto dos presos, podem ter uma imagem um pouco mais favorável do outro e se identificar com a sua situação. Verdade, todavia, que os presos com os quais se relacionam foram por eles “pinçados” de entre a massa carcerária.

A empatia está presente igualmente na reação de desconforto ao saber que um preso está detido pelo furto (ou roubo) de um celular, ou de duas barras de chocolate. Paradoxalmente, também no concordar que o assassino tinha razão em matar; ou mesmo que, discordando do assassinato, percebe no preso outra pessoa e não apenas um “marginal”.

Os pms julgam, como as pessoas na rua, mas gostam de afirmar que não são truculentos. O uso abusivo da força (com exceções) está no passado, entendem. E trabalham, mandando, organizando a casa prisional.

A relação entre os pms, por sua vez, é pautada, como em muitos outros ambientes de trabalho no Rio Grande do Sul, tanto na capital quanto no interior, pelo consumo constante de chimarrão. Além do ritual de confraternização envolvido no server essa bebida, ainda se deve acrescentar o fato de que o “mate” esquentava o frio rigoroso do inverno. E, enquanto trabalham e bebem, falam dos colegas da Brigada, dos salários, do churrasco da noite. Ofendem-se, “brigam” (fraternalmente), brincam, demonstrando a intimidade que possuem. E consideram tais demonstrações como elemento normal; a polidez é que surge como algo estranho e o policial que se porta conforme ela acaba sendo alvo de pilherias (como o “Por favor”).

A percepção dos pms sobre a prisão passa pela compreensão da complexidade do sistema ali desenvolvido. A dificuldade está tanto em coordenar o movimento das muitas pessoas que circulam diariamente pela Casa, bem como em saber quem são os ocupantes de um pavilhão (mesmo nos novos pavilhões, existem designações e trocas que demonstram ser impossível dizer, com certeza, que os ocupantes de um espaço pertencem a uma única facção ou grupo). É que o Central, como o tenente encarregado pela Força-tarefa para receber alunos de universidades gosta de dizer, tem população maior do que muitos municípios gaúchos. Portanto, organizá-lo é difícil e conhecê-lo em detalhes quase impossível.

Assim, a ideia exposta de que os pms fazem o que a Susepe fazia não parece errada. O PCPA continua existindo e as tarefas dos que ali estão hoje são as mesmas das dos que eram responsáveis pela prisão 16 anos atrás. Pouquíssimo se faz pela ressocialização (a referência aos presos (quase) nunca acontece em nível de “reeducando” ou ressocializando) e tampouco se implementam meios de vigilância e disciplinarização (ao contrário do que vislumbrava Foucault (1991), analisando a realidade europeia de séculos passados).

Garante-se, hoje, no Central, segurança, ou seja, ausência de fugas e, em especial, de rebeliões; essa a atual função do PCPA, confirmando as lições de Moraes (2005, p. 219). O que se pode fazer, além disso, é minimizar outras ocorrências, e para tanto serve o controle (“guias e passes”), que parece exagerado, mas supre a falta de formas mais modernas de controle na locomoção.

Interessante reportar que, estando em visita ao Presídio, no dia 28 de setembro de 2011, o criminólogo inglês Keith Hayward mostrou-se surpreso com a quantidade de pessoas que caminham pelos seus corredores – muito diferente das prisões que conheceu na Europa e Estados Unidos. Assim, facilita-se a prática de infrações dentro da Casa. Elas, como a criminalidade, parecem ser “um fato social normal” (Durkheim, 1990, p. 64); seja se referindo ao uso de drogas, seja em relação à “caminhada”. A guarda conforma-se em manter a quantidade de drogas ilícitas em níveis aceitáveis e dificultar, ao máximo, o ingresso de celulares e armas (“Temos de cuidar, é nossa segurança”).

A tarefa de administrar o PCPA mostra-se hercúlea. Ao se observar o Central, em seus aspectos físicos, percebe-se tão somente, do ponto de vista externo, seus muros velhos encravados em meio a casas humildes de um bairro de Porto Alegre; do ponto de vista interno, grades velhas, uma estrutura que há muito necessita reforma. Para quem atenta aos aspectos humanos ali

dispostos, sobressai a admiração por quase não se perceber interação entre eles.

De toda forma, o PCPA viola os direitos humanos dos que trabalham e dos que vivem ali. A superlotação cobra um preço exorbitante dos que nele trabalham ou vivem. Hoje, porém, está em melhores condições do que no passado no que tange à segurança; há um efetivo maior e mais bem preparado e armado (embora se discuta sobre a utilização de armas no interior de prisões – Coyle (2002, p. 38 e 90). De toda forma, o PCPA não é um lugar apropriado, para inocentes ou culpados, e deveria ser substituído, assim como o sistema de penas restritivas de liberdade que representa, mas, enquanto tal não acontece, vai sobrevivendo, como seus habitantes.

Referências

- CHIES, Luiz Antonio Bogo et al. *A prisionização do agente penitenciário: um estudo sobre encarcerados sem pena*. Pelotas: EDUCAT, 2001.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *A fraternidade e os encarcerados: Cristo liberta de todas as prisões*. São Paulo: Salesiana, 1997.
- COYLE, Andrew. *Administração penitenciária: uma abordagem de direitos humanos: manual para servidores penitenciários*. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.
- DURKHEIM, Emile. *Les Regles de la méthode sociologique*. 5. ed. Paris: Universitaires de France, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- MORAES, Pedro Rodolfo Bodé de. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: IBCCRIM, 2005.
- NUMMER, Fernanda Valli. *Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar*. Rio de Janeiro: UFF, 2005. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 37).
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 5. ed. São Paulo: Martins, 1965. 1. v.
- RUDNICKI, Dani. Sobre a pena de prisão. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 85, n. 727, p. 345-365, maio 1996.
- _____. Prisão, direito penal e respeito pelos direitos humanos. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos et al. *Violência no tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. (Ciências Sociais, 41). p. 544-570.
- _____. et al. *Ensino jurídico e realidade prisional: impressões dos acadêmicos de direito do UniRitter sobre os presídios gaúchos*. Porto Alegre: UniRitter, 2005.
- _____.; SOUZA, Mônica Franco de. Em busca de uma política pública para os presídios brasileiros: as CPis do sistema penitenciário de 1976 e 1993. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 47, n. 186, p.107-115, abr./jun. 2010.
- THOMPSON, Augusto. *A Questão Penitenciária: de acordo com a Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.